



IMPACTO DAS REFORMULAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL NA COBERTURA POPULACIONAL PELA ATENÇÃO BÁSICA

MARYANNE FIGUEIRÊDO CAMPOS

Introdução: A primeira edição da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foi publicada em março de 2006, através da Portaria Nº 648/GM, com a finalidade de revisar as iniciativas, definir prioridades e otimizar gastos públicos voltados para a Atenção Primária à Saúde (APS). Desde então, diversos programas e estratégias são implementados periodicamente, abrindo espaço para o questionamento: as mudanças na PNAB têm colaborado para ampliar o acesso da população e integralidade do cuidado na atenção básica? **Objetivo:** Neste estudo, vamos analisar o quanto a cobertura populacional da AB foi influenciada nos três anos após a implantação de duas reformulações de destaque: a Portaria Nº 2.488, de outubro de 2011, e a Portaria Nº 2.436, de setembro de 2017. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa documental e de natureza quantitativa dos dados disponibilizados pela plataforma e-Gestor AB, do Ministério da Saúde. **Resultados:** A partir do levantamento documental, temos que: em out/11, a cobertura populacional pela AB era de 66.75%, out/12 = 68.36%, out/13 = 69.63%, out/14 = 73.09%. Ou seja, nos 3 anos que sucederam a primeira reformulação da PNAB, a cobertura cresceu gradativamente, com desvio padrão de 2,332 e coeficiente de variação de 3,36%. Já levando em consideração a segunda reformulação, temos: cobertura populacional pela AB de 74.41% em set/17, set/18 = 75.30%, set/19 = 74.63%, set/20 = 76.50%; portanto, nos três anos que sucederam a Portaria Nº 2.436/17, não houve aumento significativo no percentual de cobertura, mas uma instabilidade nos percentuais, com desvio padrão de 0,814 e coeficiente de variação de 1,08%. **Conclusão:** O aumento significativo da cobertura populacional da AB após a política nacional de 2011 é provavelmente explicada pelo aumento do número de municípios aptos a ter Núcleos de Apoio à Saúde da Família, além da criação de unidades para comunidades mais remotas. Já com a PNAB de 2017, o Governo Federal permitiu atuação de equipes com apenas um (ou até nenhum) agente comunitário de saúde, o que impactou negativamente no alcance populacional e na sua cobertura pela AB.

Palavras-chave: **PNAB; POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA; E-GESTOR AB; ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE; ATENÇÃO BÁSICA**